**Convenção Coletiva de Trabalho**

*2024/2025*

Que firmam entre si, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, EM COOPERATIVAS, AGROINDÚSTRIAS E INDÚSTRIAS NO MEIO RURAL DE CONCÓRDIA E REGIÃO**, e de outro lado o ***SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA E PRODUTOS DE CACAU, BALAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS, BISCOITOS E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DE CONCÓRDIA/SC***, nos termos das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª -REAJUSTE SALARIAL:** Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados a partir de 1° de julho de 2024, em 4 % (quatro por cento) aplicado sobre os salários vigentes no mês de junho de 2024.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa concederá aos empregados sindicalizados 06 (seis) vales-mercado no valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais) cada, nos meses de agosto, outubro e dezembro/2024, fevereiro, abril e junho/2025.

**Parágrafo Segundo:** A empresa concederá aos empregados não sindicalizados 03 (três) vales-mercado no valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) cada, nos meses de agosto e dezembro/2024 e abril/2025.

1. Para ter direito aos vales, os empregados não poderão ter nenhuma falta injustificada no período de apuração (60 dias compreendidos entre um vale e outro);
2. Os empregados passarão a ter direito aos vales a partir da data de efetivação na empresa;
3. Os empregados afastados de suas funções em virtude de auxílio doença por um período maior que 90 (noventa) dias, perderão o direito aos vales enquanto perdurar o afastamento.

**CLÁUSULA 2ª - SALÁRIO NORMATIVO (Piso Salarial):** A partir de 1° de julho de 2024, fica estabelecido o salário normativo para todos os empregados das empresas, nos seguintes valores:

1. R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), a partir da admissão até o término do contrato de experiência;
2. R$ 1.800,00 (um mil oitocentos reais), após o término do contrato de experiência;
3. R$ 1.900,00 (um mil novecentos reais), após o término do contrato de experiência, para padeiros e confeiteiros.

**CLÁUSULA 3ª – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUENIO):** a empresa pagará a seus empregados um Adicional por Tempo de Serviço a título de quinquênio, que corresponderá a 3% (três por cento) mensais a cada 5 (cinco) anos ininterruptos de trabalho na empresa, a ser aplicado sobre o salário base do empregado, limitado ao teto de R$ 2.115,00 (dois mil e cento e cinco reais) e a 03 (três) benefícios.

**CLÁUSULA 4ª - ANTECIPAÇÃO DO 13° SALÁRIO:** As empresas anteciparão aos empregados 50% (cinquenta por cento) do 13° salário no mês de julho/2024, calculado sobre o salário do mês de julho, para os empregados admitidos até janeiro/2024, desde que os mesmos requei­ram.

**CLÁUSULA 5ª - QUEBRA DE CAIXA:** Aos empregados que exerçam a função de caixa haverá remuneração mensal de 30% (trinta por cento) sobre o salário normativo, a título de quebra de caixa.

**CLÁUSULA 6ª - ANOTAÇÕES NA CTPS:** Será anotada na CTPS a função efetivamente exercida pelo empregado, bem como o salário percebido e adicional de insalubridade e periculosidade se for o caso.

**CLÁUSULA 7ª - RELAÇÃO DE EMPREGADOS:** A empresa fornecerá ao sindicato uma relação de empregados conten­do nome, cargo e data de admissão, sempre que for solicitado.

**CLÁUSULA 8ª - COMPENSAÇÃO DE HORAS:** A empresa poderá firmar acordo coletivo e individual (conforme previsto em Lei) para compensação de horas nas seguintes condições:

1. Que todo acordo seja feito por escrito;
2. Que em todos os acordos haja a participação do sindicato;
3. As horas trabalhadas para compensação posterior serão devidamente registradas em cartão ou livro ponto, bem como sua compensação.

**CLÁUSULA 9ª - REGISTRO DE PONTO:** Os empregados da EMPRESA deverão registrar pessoalmente o início e o final da jornada de trabalho por eles executada no sistema de registro de ponto, inclusive as horas extraordinárias de acordo com o § 2º do Art. 74 da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A EMPRESA fica dispensada da impressão diária do Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador de acordo com o que preconiza a Portaria 373/11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A EMPRESA adotará pré-assinalação do intervalo intrajornada de acordo com a Portaria MTB nº 3.626/91 para todos os empregados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a jornada de trabalho for executada integralmente fora do estabelecimento da EMPRESA o horário de trabalho constará de ficha, papeleta ou registro de ponto que ficará em poder do empregado de acordo com o PARÁGRAFO ÚNICO do Art. 13º da Portaria MTB nº 3.626/91.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de compensações de dias integrais, faltas legais ou outras ausências, deverá o empregado comunicar seu superior hierárquico para o correto apontamento das ocorrências de acordo com cada caso.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A EMPRESA poderá adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho de acordo com o que estabelece a Portaria 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO SEXTO**: Acordam as partes que os empregados da EMPRESA estão desobrigados de apor a assinatura de reconhecimento no cartão ponto, ficando garantido o direito de consulta e impressão do respectivo cartão, sempre que solicitado.

**CLÁUSULA 10ª - AUSÊNCIA AO TRABALHO:** O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos seguintes casos:

A) Mediante prévio aviso de 72 (setenta e duas) horas e desde que coincidam com a jornada de trabalho, serão abonadas as ausências do empregado até o limite de 8 (oito) faltas/ano para fins de prestação de exames supletivos e vestibulares, sendo o limite de 4 (quatro) dias para cada exame prestado. Quando exceder esse limite o caso deverá ser analisado separadamente.

B) No tratamento médico fora do domicílio, de pessoas da família em primeiro grau, e que, por recomendação médica expressa, necessite de acompanhante, até o limite de 2 (duas) faltas/mês. Os casos que excederem este limite deverão ser comprovados pelo médico.

**CLÁUSULA 11ª- CONCESSÃO DE FÉRIAS:** As férias coletivas ou individuais terão início sempre em dia útil da semana, e que não seja dia de folga do empregado.

**CLÁUSULA 12ª- GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO:** Será garantido o emprego nas seguintes condições:

1. Ao empregado afastado por motivo de acidente de trabalho, durante 12 (doze) meses que sucederem a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio acidente.
2. Ao empregado em gozo de auxílio doença previdenciário, durante 30 (trinta) dias que sucederem a alta médica.
3. Aos empregados optantes pelo FGTS, com mais de 10 (dez) anos de serviços prestados à empresa, consecutivos ou não, durante os 12 (doze) meses que antecederem ao tempo mínimo para aquisição de direito de aposentadoria por tempo de serviço.

**CLÁUSULA 13ª- DISPENSA POR JUSTA CAUSA:** Nas rescisões de contrato de trabalho por justa causa de empregados sindicalizados, a empresa comunicará o empregado e ao sindicato por escrito explicando os motivos, sob pena de não poder alegar falta grave em juízo.

**CLÁUSULA 14ª- RECIBO DE PAGAMENTO:** A empresa fornecerá aos empregados recibo de pagamento, contendo a sua razão social, o nome do empregado, a discriminação das verbas, inclusive o FGTS e os descontos.

**CLÁUSULA 15ª- MENSALIDADE SINDICAL:** A empresa descontará em folha de pagamento, nos termos do artigo 545 da CLT, as mensalidades dos empregados associados, repassando ao Sindicato até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

**CLÁUSULA 16ª- ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS:** Fica garantido o acesso dos dirigentes sindicais nas empresas, a fim de contatar com os associados da entidade sindical profissional, bem como para encaminhar reivindicações dos trabalhadores.

**CLÁUSULA 17ª- VESTUÁRIOS, UNIFORMES, FERRAMENTAS E EPIs:** Quando exigido o uso de vestuário próprio, uniforme, calçado adequado na área de produção, bem como ferramentas especiais, a empresa os fornecerá gratuitamente, bem como regulamentará o seu uso, conservação, restrições e devolução. Os EPIs serão fornecidos pela empresa gratuitamente de acordo com o tipo apropriado para a atividade do empregado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A não utilização dos uniformes, paramentos e EPI’s sujeitará o empregado à dispensa por justa causa.

**CLÁUSULA 18ª- ACORDOS COLETIVOS:** Em todos os acordos coletivos, ainda que setorizados, haverá participação do sindicato, devendo uma via dos instrumentos acordados ser protocolados e arquivados no sindicato.

**CLÁUSULA 19ª- JORNADA EXTRAORDINÁRIA:** Durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as horas extraordinárias de trabalho realizadas serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) nos dias normais de serviço e com o adicional de 100% (cem por cento) nos domingos e feriados.

**CLÁUSULA 20ª- REPOUSO SEMANAL REMUNERADO:** O trabalho realizado aos domingos e feriados pelos empregados que estejam de folga, será remunerado a razão de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

**CLÁUSULA 21ª- JORNADA NOTURNA:** O trabalho noturno, exercido entre 22 (vinte e duas) e 5 (cinco) horas, será remunerado com um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora diurna.

**CLÁUSULA 22ª- EMPREGADO SUBSTITUÍDO:** Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído (Enunciado n° 159, do TST).

**CLÁUSULA 23ª- MORA SALARIAL:** As empresas pagarão aos empregados 1% (um por cento) ao dia sobre os salários vencidos, a título de mora salarial se o pagamento salarial for efetuado após o quinto dia útil do mês subsequente, se configurada a culpa da empresa no atraso do pagamento.

**CLÁUSULA 24ª- FALTAS JUSTIFICADAS:** O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo dos salários nas seguintes condições:

1. Até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento dos pais, dos filhos ou do cônjuge;
2. Até 3 (três) dias consecutivos, em caso de seu casamento;
3. Até 5 (cinco) dias para licença paternidade.

**CLÁUSULA 25ª- AÇÃO DE CUMPRIMENTO:** Fica reconhecida a LEGITIMIDADE PROCESSUAL da entidade profissional, perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, para ajuizamento de AÇÕES DE CUMPRIMENTO, independentemente da relação de empregados, autorização ou mandato dos mesmos em relação a qualquer cláusula do presente acordo.

**CLÁUSULA 26ª- AVISO PRÉVIO INDENIZADO:** Nos casos de indenização de aviso prévio, o tempo do referido aviso será computado como tempo de serviço para todos os efeitos, bem como, para o pagamento da indenização adicional, conforme estabelecida em Lei vigente.

**CLÁUSULA 27ª - RESCISÕES CONTRATUAIS E PAGAMENTO DE VERBAS:** as rescisões de contrato de trabalho dos empregados sindicalizados independente de tempo de serviço, obrigatoriamente deverão ser homologadas pelo sindicato, fixando-se à empresa um prazo de 10 (dez) dias corridos para o pagamento das verbas rescisórias, sob pena de pagar multa de 5% (cinco por cento) em favor do empregado, a ser calculada sobre o montante das verbas rescisórias. Quando do não comparecimento do empregado para recebimento das verbas rescisórias, o sindicato enviará à empresa justificativa por escrito.

**CLÁUSULA 28ª- PENALIDADE:** O empregado prejudicado pelo não cumprimento de alguma cláusula deste termo terá direito a uma multa de 10% (dez por cento) do valor de 1 (um) salário normativo por infração.

**CLÁUSULA 29ª - VIGÊNCIA:** A vigência do presente acordo coletivo é de 12 (doze) meses, com início em 1° de julho de 2024 e término em 30 de junho de 2025, ficando automaticamente prorrogado até a data da nova Convenção Coletiva de Trabalho ou decisão judicial em Dissídio Coletivo, em todas as suas cláusulas.

Concórdia/SC, 17 de julho de 2024.

|  |  |
| --- | --- |
| ----------------------------------------------  CARLOS O. SANTOS JR.  PRESIDENTE - SINTRIAL  CGC – 03.107.073/0001-75 | ---------------------------------------------------------  LEONIR PINHEIRO - PRESIDENTE  Sind. Ind. de Panificação, Confeitaria e Prod. de Cacau, Balas, Massas Alimentícias, Biscoitos e Conservas Alimentícias de Concórdia/SC  CGC - 00.566.478/0001-83 |